

## **A contribuição de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale para a construção de um projeto de Estado-nação**

**Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro**  
**Doutoranda em História Social pela UFF**

Nos primeiros anos do século XX, um movimento de características fascistas surpreendeu o cenário político nacional tornando-se o maior partido de massa da década de 1930, a Ação Integralista Brasileira. Fundada em outubro de 1932, a AIB funcionou, primeiro como Centro Cultural, depois como partido, até a implantação do Estado Novo, e depois novamente como Centro Cultural até maio de 1938, quando da tentativa da destituição de Vargas no episódio conhecido como a “Intentona Integralista”.

Os ideais integralistas ainda permanecem servindo de inspiração por alguns grupos que tentam reorganizar o movimento, procurando recuperar em novos contextos o pensamento dos três principais ideólogos da AIB, Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Tanto velhos militantes, como novos integralistas, buscaram e ainda buscam a inspiração doutrinária estipuladas principalmente por estes três intelectuais. Foram eles também influenciados por alguns pensadores brasileiros que, desde o século XIX, debruçaram sobre a construção da nação brasileira pautada pela dicotomia que marcou as reflexões intelectuais nesses tempos, quando se buscava entender a co-existência de dois Brasis, o real e o oficial<sup>1</sup>. A questão ainda permeia as discussões sobre possibilidades de organização e participação popular no campo político brasileiro e, ainda permanece, nestes novos tempos, a marca autoritária.

No período em que a AIB foi fundada e organizava seus centros culturais, em grande parte do território nacional, as questões que afloraram no século XIX sobre a construção da Nação brasileira estavam presentes nos debates intelectuais. A influência, principalmente, da chamada “Geração de 1870” é incontestável nas discussões sobre a construção do Estado nacional do início do século XX. Nas primeiras décadas do último século, o resgate das obras de intelectuais fundadores da perspectiva nacionalista traria a força legitimadora da ação política capaz de redefinir o cenário do poder estatal. Debatia-se sobre o que viria a ser característico do povo brasileiro e as possibilidades de organização nacional. Com a chamada “Revolução de 30”, os grupos hegemônicos que mantiveram seus interesses na pauta governamental durante a chamada República Velha perderam seus postos vitimados pela

incapacidade dar respostas à sociedade brasileira em tempos de crises econômicas e sociais que insistiam em abalar as fronteiras mundiais. No entanto, o movimento de 1930 não significaria para nenhum setor específico da sociedade brasileira a realização de seus projetos. Eram tempos de buscar alternativas e de tentar, a partir de perspectivas que ainda se divisavam, o modelo verdadeiramente nacional a se seguir. Abria-se, portanto, com a chegada ao poder de novos grupos sociais e econômicos que não haviam consolidado um projeto único de governo, uma crise de hegemonia. Antecipando-lhe e, em seu encaixe e entorno, o resto do mundo também atravessava suas crises. A Primeira Guerra afetara profundamente a humanidade, principalmente a juventude, que assistiu de perto, ou mesmo de longe, o seu desenrolar. E a ascensão dos movimentos fascistas na Europa também demarcaria limites e contrapontos entre as perspectivas de construção de uma “nacionalidade” brasileira. Eram tempos de significativos anseios e medos. Em meio aos debates, estaria posta em dúvida a viabilidade organizacional, econômica e social no ambiente liberal.

Neste contexto, a obra doutrinária da AIB deve ser entendida como pertencente a um momento de reflexão sobre os destinos políticos, sociais e econômicos do Brasil e do mundo. O pensamento integralista, longe de ser a farsa que repetia a tragédia fascista, como alguns estudiosos o consideram<sup>ii</sup>, tem a sua especificidade que deve ser considerada como parte do conjunto de produções autoritárias das três primeiras décadas do século XX no Brasil. Para esta análise, julgo de suma importância a reflexão de Bolívar Lamounier acerca do pensamento autoritário brasileiro<sup>iii</sup>. Embora este autor não se refira especificamente ao fenômeno integralista, o modelo que propõe analisar é exemplar no sentido do entendimento das produções ideológicas desse período. O autor percebe que a tradição do pensamento autoritário brasileiro teria adquirido uma configuração específica em relação à produção intelectual de fins do século XIX, a partir da Primeira República, quando o modelo constitucional de 1891 seria criticado. Este não atenderia às expectativas centralizadoras e formadoras da nação brasileira para uma parcela da sociedade. Os intelectuais integralistas estariam entre aqueles que propunham interferir, através da ação política, na organização de um Estado brasileiro cuja tônica seria a centralização do poder e controle do setor produtivo através do sistema corporativo. Assim, como os intelectuais que, segundo Lamounier, estariam compondo em prol da organização nacional uma ideologia de Estado<sup>iv</sup>, os pensadores do integralismo, mesmo não inseridos neste modelo, teriam propostas que os aproximavam dos demais críticos autoritários da Primeira República. Neste sentido, a influência do pensamento de Alberto Torres na construção da doutrina integralista é inquestionável, assim como de pensadores católicos como Jackson Figueiredo e Farias Brito. Mas, além do pensamento

nacional, os pensadores integralistas absorveram e refletiram sobre as grandes questões mundiais que estavam sendo discutidas por intelectuais, chefes de Estado e Igreja Católica.

A incorporação de outros enfoques organizacionais à doutrina ajudaria a traçar o perfil do movimento. E, além dos três mais conhecidos pensadores, o arcabouço doutrinário contou com a participação significativa de San Tiago Dantas, Olbiano de Mello, do ainda Padre Hélder Câmara, além de tantos outros de igual qualidade. O caráter mobilizador das idéias desse conjunto de pensadores contribuiu para a transformação da AIB em um grande partido de massa. Como constatou Ricardo Benzaquen de Araújo<sup>v</sup>, com uma atividade representada pelo esforço de arregimentação de militantes, pela criação de núcleos sanitários, esportivos e culturais e pela afirmação de uma nova modalidade de cidadania. Para o autor, muito longe de representar somente uma linha de sustentação das posições oficiais, Salgado e seus colaboradores teriam como objetivo restaurar um espiritualismo ancestral através de uma “verdadeira revolução, uma revolução espiritual, orientada por princípios doutrinários que pregavam a fundação de uma sociedade e de uma civilização radicalmente novas, constituídas por cidadãos rigorosamente iguais e inteiramente convictos da virtude da sua posição”<sup>vi</sup>.

Os intelectuais doutrinários propunham a construção do Estado Integral, da Nação Integralista que representaria a suplantação de uma situação na qual era percebida a inexistência do caráter nacional brasileiro devido à constatação da carência de um Estado unificador, pois regulador, das características nacionais. A proposta integralista seria, justamente, fundar a Nação, buscando nas tradições nacionais, o passado brasileiro, tendo em vista a construção de seu futuro. Neste sentido, é útil a definição por Benedict Anderson<sup>vii</sup> que conceitua nação como uma comunidade política imaginada, inerentemente limitada e soberana. Seria imaginada porque a sociedade que dela faz parte vive uma imagem de comunhão. Há, então, uma auto-abstração do nacionalismo. As pessoas se reconhecem como comunidade. A construção da Nação e do nacionalismo envolve práticas sócias concretas, levando em consideração que são sujeitos históricos que produzem e reproduzem a comunidade imaginada. O integralismo possuía sua própria definição da nação brasileira que deveria ser consolidada, uma idéia de nação integralista imaginada pelos seus ideólogos.

O fascismo, tema ascendente desde a segunda década do século XX, com o movimento liderado por Mussolini na Itália, era visto como uma possibilidade a ser incorporada à construção de nação brasileira integralista. Segundo um dos principais ideólogos da AIB, Miguel Reale, quanto ao fascismo,

“Plínio Salgado acolheu essa idéia, no contexto da doutrina social da Igreja, que era a sua diretriz dominante, procurando adequá-la às conjunturas político-econômicas brasileiras, sendo partidário de um “corporativismo integral”, não identificado com o Estado. A seu ver, o Fascismo devia ser interpretado como uma “terza via” entre o liberalismo e o comunismo, tendo programa distinto em cada nação.”<sup>viii</sup>

Também, procurando compor uma feição institucional, cuja auto-imagem representasse os anseios da nação brasileira, a AIB buscava legitimar-se fincando seu alicerce nas nossas raízes históricas e étnicas. Os integralistas buscaram em pensadores brasileiros respeitáveis do início do século XX, as condições de análise do Brasil que ainda engatinhava como Estado-nação. Parte do pensamento não integralista da época também comungava da mesma necessidade de constituir um esboço da feição brasileira. Intelectuais e cientistas escreviam artigos que eram publicados na principal revista do movimento que abordava assuntos doutrinários, a *Panorama*, voltada para um público mais intelectualizado. Eram físicos, geógrafos e pensadores políticos que contribuíam freqüentemente para esse periódico integralista.

Espelhando-se na Doutrina Social da Igreja, a AIB comungava das mesmas idéias de regimes reacionários europeus cujas origens antecederiam às do fascismo e que também o influenciaram. Para os ideólogos da AIB, esta identificação com a espiritualidade marcava a sua diferença em relação a quaisquer modelos racionalistas de construção do Estado, inclusive o fascista. O integralismo, como nos modelos europeus, propunha a organização da sociedade nos moldes corporativistas, alegando ser a única alternativa encontrada para substituir o modelo liberal pela representação de grupos de interesse econômico e ocupacional, descrita pelos ideólogos da AIB, como a forma representativa de uma “democracia orgânica”. Deste modo, procurava combater, fundamentalmente, a livre concorrência, a luta de classes e o comunismo. E, ao organizar-se como partido visou chegar à hegemonia da sociedade política.

Seguindo as diretrizes da Igreja Católica, sob diversos ângulos, a proposta integralista propunha ser diferente da do regime fascista. Como escreve Miguel Reale em *Formação da Política Burguesa*, em 1934, ao abandonar a ênfase no decalque das ciências naturais e na explicação causal dos fatos, que tipificavam tanto os enfoques liberal, marxista e fascista “os movimentos integralistas deixam o peso morto da premissa burguesa (o naturalismo), marcando o ritmo espiritualista dos novos tempos pela reafirmação do princípio de finalidade como complemento do de causalidade.”<sup>ix</sup> Para os ideólogos da AIB, esta identificação com a espiritualidade marcava a sua diferença em relação a quaisquer modelos racionalistas de construção do Estado, inclusive o fascista.

Embora a AIB não tenha conseguido participar, de forma decisória, da sociedade política, alguns de seus elementos marcaram presença no âmbito do poder. Gerais e intelectuais, do governo, “flertavam” com a AIB, concedendo possibilidades para a sua organização. A autorização para a militância usar as famosas “camisas verdes” fora uma concessão do Ministério do Exército em 1934. A sua organização fundava-se numa estrutura para-militar consentida pelo governo. Em guerra

de movimento, organizavam e treinavam militarmente suas milícias que tinham como chefe nacional Gustavo Barroso. Este era, reconhecidamente, o pensador mais próximo da perspectiva totalitária alemã, defensor de um nacionalismo extremado, condenava o que chamava de capitalismo judeu, relacionando a expansão imperialista, internacional, do capital à ação de banqueiros e empresários de origem semita. Este era seu discurso e assim é preservado pela memória integralista que, ao defender a idéia de tolerância “racial” e religiosa relaciona o anti-semitismo do Chefe à sua crítica ao que chamava de “capitalismo sem pátria dos judeus”.

Nomeadas de “Legiões”, a força para-militar integralista liderada por Barroso, subdividia-se em centúrias e decúrias, copiando o modelo do Império Romano, tal como no fascismo italiano. Os milicianos praticavam exercícios militares e muitos deles andavam armados, principalmente no interior do Brasil. Assim, em meio a comícios, tanto integralistas, quanto antifascistas, os milicianos fardados procuravam demonstrar, com uso de violência, a força de sua organização. As marchas, com numerosos participantes uniformizados, obedecendo o ritmo e uma linha hierárquica, davam o tom de ordem. Os comícios, geralmente, tornavam-se palco de guerra. As agressões físicas e mortes eram comuns. O ataque às sedes, ou casas de comunistas, tornavam-se parte do cotidiano da movimentação integralista na busca pela hegemonia. Em contrapartida, os antifascistas, principalmente comunistas, também não davam tréguas aos militantes da AIB em enfrentamentos diários, desde as grandes cidades até aldeias do interior<sup>x</sup>.

A proposta da AIB se aproximava do estatismo orgânico, que segundo Eric Hobsbawm, teria características conservadoras, defendendo uma ordem tradicional, que recriaria princípios do corporativismo medieval, como forma de conter o individualismo liberal e o avanço do trabalhismo e do socialismo. Assim, como coloca Hobsbawm em relação aos modelos da direita européia, havia no pensamento integralista “uma nostalgia ideológica de uma imaginada Idade Média, em que se reconhecia a existência de classes ou grupos econômicos, mas a perspectiva da luta de classes era mantida à distância pela aceitação de uma hierarquia social, pelo reconhecimento de cada grupo social ou ‘estamento’ tinha seu papel a desempenhar numa sociedade orgânica composta por todos, e deveria ser reconhecido como entidade coletiva.”<sup>xi</sup> O integralismo propunha também, como esse tipo de direita européia, a organização da sociedade nos moldes corporativistas, alegando ser a única alternativa encontrada para substituir o modelo liberal pela representação de grupos de interesse econômico e ocupacional, descrita pelos ideólogos da AIB, como a forma representativa de uma “democracia orgânica”. Deste modo, procurava combater, fundamentalmente, a livre concorrência, a luta de classes e o comunismo.

Os integralistas defendiam uma revolução social e política que incluísse todos os brasileiros em uma finalidade superior, espiritual e moral. Concebiam o Estado como ponto de referência das atividades humanas. A grande família brasileira formada da mesclagem do índio, do branco e do negro, constituiria a base do novo estado que propunha, o estado Integral. Procurando impor-se pela busca de legitimidade no passado mítico brasileiro: nas raízes culturais do colonizador branco português e católico, do africano escravizado e do indígena, cuja inocência primordial lembra o mito do “bom selvagem” rousseuniano num tempo de “estado de natureza”. Como pensamento conservador, com seu viés romântico, os integralistas construíram uma utopia do revés, quando, como mostra Raoul Girardet, há o resgate de um “tempo de antes<sup>xiii</sup>”, anterior, primordial e simbolicamente fundador: “o tempo sublimado dos começos”. Portanto, a idéia da organização racional da sociedade é reprimida pelo enfoque espiritualista que os intelectuais do movimento fazem dessa mítica fase primordial humana, na qual os contratualistas acreditavam constituir a época anterior à da sociedade civil.

Embora nuances específicas dêem à AIB, estruturada como uma associação política assistencialista, a sua especificidade, esta se incorpora à tipificação fascista. Ainda que os integralistas afirmem que seu movimento era completamente diferente do fascismo europeu, e mesmo antagônico, muitas de suas características organizacionais eram semelhantes. O uso do uniforme, o estabelecimento de uma hierarquia rígida a partir de um chefe único, representante pessoal da própria doutrina, a defesa do corporativismo, da democracia orgânica (presentes tanto no fascismo, quanto no “estatismo orgânico”), a organização de um contingente de militantes com propósito de agir como força paramilitar, são exemplos dessas semelhanças.

Com a proposta de moralizar o país e trazer a ordem, a AIB traduziu os anseios de parte da população brasileira que nela encontrou consonância com seus projetos de vida. Dessa forma, em todas as regiões do país, a AIB estabeleceu núcleos municipais, regionais e provinciais, além de representações nacionais nas capitais. Segundo estatuto da entidade, a sede da Chefia Nacional seria materializada pela presença do próprio Salgado. Com sua estrutura hierarquizada, na AIB, acima de todos, achava-se o Chefe e, na base do movimento, a militância que a sustentava, como soldados defendendo a doutrina e o domínio inquestionável da cúpula.

Para os integralistas, tanto o Estado Fascista, para eles totalitário, quanto o Estado Integral, um Estado forte, seriam estados éticos. Estes se definiriam pela valorização de um comportamento moral, de obediência à hierarquia e à ordem. A doutrina integralista prezava a idéia de síntese, elaborada nas discussões internacionais do ideário autoritário-centralizador. Como visto anteriormente, os movimentos fascistas tinham pela idéia de síntese Estatal verdadeiro fascínio. Alcançar a síntese

significaria controlar a sociedade e alcançar a totalidade, o poder absoluto. A síntese seria a representação da anti-Revolução Francesa, do anti-iluminismo que, ao fragmentarem a sociedade e o conhecimento teriam também decomposto uma ordem anterior e levado o mundo à prevalência do materialismo. No entender dos integralistas, a análise, ao decompor o saber entre a matéria e a alma, retira-lhe o vínculo com a transcendência.

Segundo seus ideólogos, o integralismo deveria formar seres pensantes com dignidade, virtudes patrióticas, que mantivessem suas reservas morais, sua tradição religiosa e familiar, seu amor pelo Brasil e sua crença em Deus. Na defesa da grandeza da Pátria Brasileira, os integralistas deveriam libertá-la da exploração econômica, do capitalismo sem pátria e da exploração política. O integralista deveria renunciar aos interesses pessoais em favor dos interesses nacionais, da pureza dos costumes públicos e privados, da simplicidade da vida, da modéstia do proceder, da integridade da família, do respeito à tradição, da garantia do trabalho, do direito de propriedade com os seus deveres correlatos em benefício do governo com autoridade moral e mental, a unidade intangível das Nações, as supremas aspirações do espírito humano.<sup>xiii</sup>

Como o próprio símbolo escolhido, o sigma ( $\Sigma$  - somatório) para os integralistas, o movimento representaria a soma e integralização de esforços, de sentimentos, de pensamentos, ao mesmo tempo de interesses e de ideais. Estaria além de um simples partido. Deveria ser o movimento, a ação de despertar a consciência, “um sentimento novo de vida e a marcha de um povo que desperta!”<sup>xiv</sup> O integralismo colocava-se como movimento defensor do regime corporativo que deveria unir os sindicatos de trabalhadores, de técnicos e de patrões e coordenar seus esforços para transformá-los em organismos políticos sociais, econômicos, morais, educativos de equilíbrio e de cooperação. Com base nestas proposições, o integralismo pretendia instituir no Brasil, o Estado Integral, heróico “pela sua capacidade de reação e sacrifício” e forte “pela sua coesão sem os fermentos desagregadores dentro de si, fatores indispensáveis de independência.”<sup>xv</sup>

<sup>i</sup> Há, nas análises da situação política brasileira, desde o século XIX, o uso dessa fórmula que constata a existência de dois Brasis: o real e o oficial (idealizado no âmbito das políticas de governo). Desde Machado de Assis, a definição de país real estaria calcada na própria existência de um povo que sobrevive à parte de um outro Brasil construído pela “versão oficial”. O mito dos dois Brasis também se torna constante na história da produção das análises políticas brasileiras quando se pretende mostrar o contraste entre classes sociais, regiões brasileiras e posições ideológicas que demarcam o antagonismo entre as condições de vidas de setores da sociedade nacional.

<sup>ii</sup> Alguns autores, principalmente os estudiosos do integralismo da década de 1970, como Gilberto Vasconcellos e Ivan Alves, viam-no como apenas mimético em relação aos fascismos europeus. Como vários estudiosos desse período, consideravam o movimento sob a ótica da teoria da dependência brasileira, integrada à idéia do primordial “sentido da colonização”. Esta não é a visão da maioria dos estudiosos do integralismo que, cada vez mais, percebem-no na sua importância como movimento de direita que significou a identificação de muitos brasileiros com suas perspectivas autoritárias.

<sup>iii</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. Uma interpretação*. In *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 2<sup>o</sup>. v. Rio de Janeiro, 1990, pp. 141-174.

<sup>iv</sup> Alberto Torres, Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral estariam entre esses pensadores autoritários cujas reflexões deram a tônica para a construção de uma ideologia de Estado que compôs a feição ideológica do Estado Novo (do qual, os três últimos pensadores participavam ativamente de sua estruturação).

<sup>v</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução – O Integralismo de Plínio Salgado*. RJ: Jorge Zahar, 1987.

<sup>vi</sup> *idem, ibidem*, p. 108.

<sup>vii</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>viii</sup> REALE, Miguel. *O integralismo revisitado*. Texto enviado por e-mail a autora (28/08/2004) por Reale.

<sup>ix</sup> REALE, Miguel. *Formação da Política Burguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934, p. 13.

---

<sup>x</sup> Episódios como esses são descritos por integrantes, tanto do Partido Comunista do Brasil, quanto da AIB. Os jornais de ambos os movimentos noticiam tais embates. Cada qual com sua versão sobre os acontecimentos.

<sup>xi</sup> Conf. HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XXI: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 117.

<sup>xii</sup> Como coloca Girardet sobre o “tempo de antes”: “Imagens de um passado tornado lenda, visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido ...” GIRADET, Raoul *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 97.

<sup>xiii</sup> SALGADO, Plínio. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933, pp.3-6.

<sup>xiv</sup> *idem, ibidem*.

<sup>xv</sup> *ibidem*.